

## Morrer em silêncio: os mortos, os heróis e a construção da memória nas batalhas da Dezembrada

### To Die in Silence: the Dead, the Heroes, and the Construction of Memory in the Battles of the Dezembrada

Vitor Cabral Braga

Doutorando em História Social

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

vitorcabralb@gmail.com

**Recebido:** 22/04/2025

**Aprovado:** 17/07/2026

**Resumo:** Este artigo analisa como a morte dos soldados foi representada — ou silenciada — nos relatos oficiais e na memória construída sobre as batalhas da Dezembrada, durante a fase final da Guerra do Paraguai. A partir da leitura crítica de relatórios militares e da iconografia da época, especialmente da pintura *Batalha de Avaí*, de Pedro Américo, investiga-se como o heroísmo foi exaltado enquanto os mortos anônimos foram omitidos. O texto argumenta que a exaltação da bravura dos vivos e o apagamento dos mortos nos documentos oficiais expressam valores próprios da cultura militar do século XIX, pautados pela honra, pela disciplina e pela construção de uma memória nacional heroica. Conclui-se que a ausência dos nomes dos mortos não é fruto do acaso ou negligência, mas sim um efeito do projeto simbólico que moldou a narrativa da guerra.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai; Morte; Silêncio.

**Abstract:** This article analyzes how the deaths of soldiers were represented—or silenced—in official reports and in the constructed memory of the battles of the *Dezembrada*, during the final phase of the Paraguayan War. Through a critical reading of military reports and period iconography, especially Pedro Américo's painting *Battle of Avaí*, the article investigates how heroism was exalted while anonymous deaths were omitted. It argues that the glorification of bravery and the erasure of the dead in official documents reflect values inherent to nineteenth-century military culture, guided by ideals of honor, discipline, and the construction of a heroic national memory. The article concludes that the absence of the names of the dead is not accidental or negligent, but rather the result of a symbolic project that shaped the war's narrative.

**Keywords:** Paraguayan War; Death; Silence.

#### Percepções acerca da morte em tempos de guerra

Com todos os elementos de uma guerra total, a Guerra do Paraguai (1864-1870) se estendeu em múltiplas frentes de batalha ao longo de mais de quatro anos. Do revés sofrido pelas tropas aliadas em Curupaiti à vitória final em Cerro Corá, os exércitos da Tríplice Aliança e as forças de Solano López

se enfrentaram em combates intensos, tentando definir o desfecho da guerra. Dentre esses momentos cruciais, destacam-se duas campanhas que marcaram o encerramento do conflito: a Dezembrada, conjunto de batalhas travadas em dezembro de 1868 sob a liderança do Marquês de Caxias, e a Campanha da Cordilheira, liderada pelo conde d'Eu entre 1869 e 1870. Ambas foram decisivas para a vitória do Império brasileiro, mas também produziram expressivas perdas humanas, com milhares de mortos e feridos entre soldados aliados e paraguaios.

A mortalidade material gerada nesses cenários, contudo, dialoga diretamente com um persistente debate da historiografia especializada, que demonstra como a experiência do conflito foi moldada pela precariedade logística e sanitária. Por um lado, as falhas estruturais do governo imperial no envio de abastecimentos básicos e as severas condições geográficas do Sul do continente criaram um ambiente propício para que a penúria superasse o impacto dos combates diretos no teatro de operações (Doratioto, 2002, p. 281). Esse quadro era agravado pelo binômio crônico entre a fome e o adoecimento das tropas, cenário em que a subnutrição severa gerava vulnerabilidades físicas imediatas e levava oficiais contemporâneos a descreverem a insalubridade e a escassez como pragas mais temíveis do que o próprio enfrentamento bélico (Dourado, 2005, p. 19-31).

Por outro lado, a dinâmica dessas baixas não se restringia aos picos dramáticos das grandes epidemias, mas fragmentava-se no adoecimento contínuo das tropas. O adoecimento por infecções e moléstias endêmicas acompanhou os soldados permanentemente ao longo dos anos, tornando a mortalidade por doenças uma constante indissociável do cotidiano militar (Barbosa, 2018, p. 237-238). Essa crise sanitária prolongada transferia-se para os hospitais de campanha e espaços de cura, locais onde as tentativas de mitigação das mortes esbarravam em profundas tensões institucionais, escassez de braços e disputas de poder entre médicos e militares (Barbosa, 2018, p. 41-42; Bahiense, 2022, p. 244-245). Longe de oferecerem um refúgio seguro, tais espaços muitas vezes reproduziam as hierarquias e violências da própria sociedade imperial, negligenciando os soldados oriundos das camadas mais subalternas (Bahiense, 2022, p. 142-144).

Contudo, enquanto a realidade nos acampamentos e hospitais era marcada pela crueza das doenças e da fome, os documentos oficiais seguiram o caminho oposto. Para exaltar uma visão heroica do conflito, os relatos da época silenciaram esse sofrimento cotidiano. É a partir desse contraste que este artigo investiga como os mortos dessas batalhas foram representados, ou relegados ao silêncio, nos relatos oficiais, nas memórias dos combatentes e nos documentos militares da época. A partir da análise de relatórios, correspondências e testemunhos escritos por comandantes brasileiros e

paraguaios, busca-se compreender as estratégias narrativas que exaltavam o heroísmo dos sobreviventes, enquanto ocultavam, relativizavam ou tornavam anônimos os corpos dos que caíram.

Em um contexto de exaltação da bravura e do sangue frio, alimentado pelos valores da cultura militar oitocentista e por interesses hierárquicos, os mortos comuns perderam espaço no discurso, enquanto as mortes de oficiais de alta patente ganhavam destaque e honra. Ao observar esses contrastes, o artigo propõe que a guerra não foi apenas uma disputa de territórios e estratégias, mas também uma arena de construção de memória, onde o silêncio sobre a morte tornou-se parte de um projeto simbólico de celebração dos vivos e apagamento dos mortos.

### **Dezembrada**

Com o cerco de Humaitá encerrado em fevereiro de 1868, o comando aliado passou a planejar os movimentos finais da guerra. Ainda era necessário romper as linhas de defesa paraguaias ao sul de Piquissiri, último bastião que protegia a retaguarda de Solano López. Para isso, o Marquês de Caxias idealizou uma manobra ousada: atravessar o rio Paraguai e avançar pelo terreno pantanoso do Chaco, construindo uma estrada sobre a mata alagadiça e transportando milhares de homens até um ponto estratégico desguarnecido pelo inimigo. Após semanas de marcha e desembarques sucessivos, os brasileiros atingiram San Antonio e seguiram em direção ao sul, em uma tentativa de flanquear as posições paraguaias. Foi nesse contexto que, em 6 de dezembro, teve início a batalha de Itororó, o primeiro dos três combates que ficariam conhecidos como Dezembrada. Na tentativa de atravessar a ponte sobre o arroio Itororó, os brasileiros enfrentaram resistência feroz. O confronto, que durou cerca de cinco horas, resultou em mais de 3 mil mortos e representou uma das batalhas mais sangrentas da guerra (Doratioto, 2002, p.360).

Com o objetivo de investigar os combates da Dezembrada e as posturas diante da morte apresentadas pelos combatentes, iremos utilizar os relatos dos próprios militares envolvidos nesses conflitos. Esse é o caso de Juan Crisóstomo Centurión, um militar paraguaio, que esteve presente nas batalhas de dezembro de 1868. Em seus escritos sobre a guerra, Centurión fez questão de destacar a iniciativa do general paraguaio Bernardino Caballero em organizar a defesa de sua posição contra as investidas brasileiras. Nas palavras de Centurión, assim que chegou a Itororó, Caballero percebeu a aproximação do exército brasileiro em coluna de ataque, formou sua linha de batalha dividindo sua força em duas. À direita, uma parte de sua infantaria ficou responsável por realizar disparos que

atingissem pelo flanco qualquer força inimiga que cruzasse a ponte. Mais atrás, após um espaço amplo, outros dois batalhões em formação idêntica, mas de frente para a ponte. Nesse espaço e no intervalo havia 4 ou 5 peças de artilharia com a missão de conter a carga brasileira (Centurión, [1944] 2005, tomo III, p. 219).

A estratégia pode ter surtido efeito. Dionísio Cerqueira registrou em suas memórias que a cavalaria brasileira recuou atropelando a sua própria infantaria, inclusive ceifando a vida de um comandante de sobrenome Guedes que em sua narrativa teria morrido de forma heroica. Este não foi o único. Segundo Cerqueira, a batalha no arroio Itororó ocorreu em um terreno propício para a mortandade. Era um lugar estreito com tão pouca água que não dava para cobrir os cadáveres dos soldados que caíram mortos nesse embate (Cerqueira, [1910] 1980, p.272).

A resistência paraguaia em Itororó fez o número de mortos e feridos crescer entre as fileiras da vanguarda brasileira. Sendo assim, o Marquês de Caxias ordenou que o Coronel Machado atacasse e tomasse a ponte. Porém foi rechaçado e forçado a bater em retirada de forma desorganizada (Centurión, [1944] 2005, tomo III, p. 220). O que se seguiu foi narrado por Centurión da seguinte forma:

Em situação tão crítica, Machado, indignado pelo vergonhoso movimento de retirada, se lança à frente do 1º, os repreende e os conduz novamente à ponte, onde cai morto, vítima de sua audácia e intrepidez. Seu substituto, o major Moraes Rego, o substitui, e, tomando a bandeira, avança e consegue atravessar a ponte, apoderando-se de duas de nossas peças que varriam aquele estreito desfiladeiro. Em vista disso, os outros batalhões da brigada avançaram e penetraram em nossa posição para sustentar o 1º em sua aparente conquista. No entanto, não puderam avançar um passo devido ao fogo tremendo de metralha, em cooperação com a fuzilaria densa dos infantess, que causavam estragos nos batalhões de ataque, atingindo também aqueles que apareciam avançando além da ponte, em número de 8 ou 10 batalhões (Centurión, [1944] 2005, tomo III, p. 2020).

O trecho de Centurión revela o quão disputado foi esse combate. Mesmo que ao final a vitória tenha sido brasileira, a resistência paraguaia foi eficiente o suficiente para cobrar caro as investidas do exército de Caxias. Essa visão é corroborada pelos registros do engenheiro Thompson. Para esse autor, a Batalha de Itororó destacou a eficiência do exército paraguaio, liderado por Caballero, cuja resistência foi capaz de infligir grandes baixas aos brasileiros. Apesar da vitória final das forças de Caxias, que conquistaram a ponte após sucessivos ataques, os paraguaios enfrentaram o inimigo com bravura, causando confusão e perdas significativas. Os brasileiros, com mais de três mil mortos e feridos, só alcançaram a vitória após intensos combates corpo a corpo, enquanto os paraguaios, com

cerca de duzentos homens fora de combate, mantiveram uma defesa notável (Thompson, 1869, p.330-332).

Os relatos de Cerqueira, Centurión e Thompson não são os únicos registros históricos feitos por combatentes que nos ajudam a interpretar as posturas diante da morte e do morrer em um campo de batalha. Os relatórios escritos por oficiais brasileiros após a batalha de Itororó revelam novas camadas de análise que merecem ser investigadas. Em primeiro lugar, pois são fontes escritas por oficiais que participaram diretamente dos conflitos e, em segundo lugar, eram responsáveis por liderar outros combatentes. Fato esse que contribuiu, pelo menos em alguns casos, para que estes se preocupassem em registrar quem entre os soldados havia morrido.

Entre os relatórios escritos por oficiais brasileiros, iniciaremos nossa análise com documento elaborado pelo Coronel Hermes Ernesto da Fonseca, comandante da 8ª Brigada do Exército, que oferece algumas informações importantes sobre os eventos ocorridos na Batalha de Itororó. Em seu relato, o coronel afirma que o 10º Batalhão de Infantaria participou ativamente do combate, destacando que às 08h30min da manhã, a 1ª e a 2ª companhias se engajaram no combate e atacaram a ponte do arroio Itororó. Na elaboração de seu relatório, Hermes Ernesto da Fonseca não se dedicou a dar detalhes técnicos do combate travado por esses regimentos, mas elogiou a postura de seus comandantes.

Nesse sentido, consta que o capitão de comissão Lino Augusto de Carvalho da 1ª Companhia teria se portado com *“bravura e sangue frio”* e o tenente Frederico José Wicknhagen comprovado sua coragem e perícia, sendo ferido enquanto tentava tomar uma bandeira das mãos das tropas paraguaias. Além destes, o relatório do coronel elogia a atuação de mais dois capitães, cinco tenentes e três alferes. Entre estes de menor patente, consta que o alferes José Teodoro Pereira de Melo teria se portado com bravura e sangue frio, animando os soldados não somente com palavras de encorajamento, mas também com a ação de avançar para atacar a linha inimiga (BRASIL, Relatório do 10º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

Após estabelecer esses elogios aos que sobreviveram ao combate em Itororó, o coronel Hermes da Fonseca abordou, de forma muito breve, os mortos, dando especial atenção ao comandante responsável por liderar o 10º Batalhão. Nessa ocasião, lamentou a morte do “bravo e distinto” coronel Gabriel de Souza Guedes. Segundo Fonseca, este militar comandava uma investida a pé na ponte de Itororó quando foi surpreendido pela cavalaria inimiga. Este foi o único morto nomeado em seu relatório, a despeito de os relatos de Dionísio Cerqueira e Juan Crisóstomo Centurión indicarem que

os combates travados ali produziram um número significativamente maior de baixas. Os demais mortos não foram nomeados e tampouco lamentados, restando como única informação sobre eles a promessa do coronel em enviar, posteriormente, uma relação nominal de mortos e feridos do batalhão (BRASIL, Relatório do 10º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

A ausência desse anexo na documentação consultada evidencia os limites do próprio corpus analisado e chama a atenção para as diferentes formas de registro do óbito durante a guerra. Enquanto determinados oficiais, como o coronel Gabriel de Souza Guedes, tiveram seus nomes destacados nos relatórios militares, a identificação dos demais combatentes depende da consulta a outros conjuntos documentais, como registros hospitalares, mapas de baixas e papéis administrativos produzidos pelos serviços de saúde militar, cuja análise extrapola os objetivos desta pesquisa.

A ponte do arroio Itororó foi palco de uma luta prolongada. O 8º Batalhão de Infantaria do Exército também participou deste embate. A participação deste contingente foi relatada pelo major Antônio Joaquim. Em suas palavras:

(...) tive ordem de Vossa Excelência para contornar com o batalhão de meu comando as matas que nos ficava a esquerda, a fim de desalojar o inimigo que ali se achava de emboscada fazendo-nos um vivíssimo fogo com ocasião que os nossos batalhões que se achavam junto a ponte faziam o numeroso inimigo retirar em debandada, abrindo assim uma página de glória para a nossa história; contornando a mata consegui afugentar o inimigo que fez sua retirada em desordem deixando em nossa gloriosa estrada grande número de cadáveres, armamento e munição.(...) O Batalhão sob meu comando portou-se nesse dia com toda a galhardia (BRASIL, Acampamento do 8º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

O autor do documento não economizou elogio ao 8º Batalhão de Infantaria. Lendo o documento não existe espaço para atos de covardia, nenhum soldado hesitou antes de agir. O tom nacionalista deixa claro que aquela vitória, que nem de longe encerrava a guerra, deveria entrar para a História como um feito militar de maior importância e que em nenhum momento faltou aos soldados do batalhão a devida “galhardia”, isto é, a coragem.

Essa forma de narrar a participação desse batalhão no combate em Itororó pode esconder outro objetivo. Além de simplesmente registrar as ocorrências militares em questão, o comandante da unidade poderia estar buscando formas de chamar a atenção de seus superiores, notadamente pela exaltação de determinados militares de seu regimento. Nesse sentido, consta em seu texto que seria “de rigorosa justiça” apresentar ao comandante em chefe das forças brasileiras, o Marquês de Caxias, o nome daqueles combatentes que haviam se destacado mais em batalha. No total, um major, quatro

capitães, dois tenentes, três cadetes e quatorze alferes deveriam ser destacados ao alto comando do Exército em operação (BRASIL, Acampamento do 8º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

Embora não seja possível afirmar se tais indicações resultaram em condecorações efetivas, é provável que a exaltação da participação do 8º Batalhão de Infantaria e desses homens em específico fosse uma forma de promover os oficiais e soldados citados ou o próprio comandante que escreveu o ofício. Isso se explica porque, em uma sociedade com características de Antigo Regime, esse tipo de enaltecimento institucional era fundamental para a conquista de novas patentes e para o acúmulo de maior prestígio social (Mattoso, 1997, p. 134-136).

O que foi registrado sobre os mortos do 8º Batalhão de Infantaria? Absolutamente nada. Nenhuma menção foi feita aos militares brasileiros desse regimento que pereceram em combate. Apenas uma promessa vaga indicava o envio de uma relação nominal de oficiais e praças feridos, contusos e extraviados, documento que, além de jamais encontrado, não garantia a inclusão dos nomes dos mortos em combate (BRASIL, Acampamento do 8º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14). Apesar de o relatório confirmar que o batalhão enfrentou intenso fogo inimigo, a única referência aos mortos se limitou ao registro do grande número de cadáveres paraguaios deixados pelos inimigos em fuga. Essa omissão revela uma prática recorrente nos relatos oficiais, onde os próprios mortos brasileiros frequentemente eram relegados ao silêncio.

O mesmo pode ser observado no relatório da 2ª Brigada do 10º Batalhão de Infantaria. O capitão Eridoro Emiliano de Carvalho fez questão de comunicar aos seus superiores que seu regimento enfrentou *“o mais renhido e encarniçado combate”, oportunidade em que ressaltou a atuação do “muito distinto e intrépido comandante, o tenente-coronel José Ferreira de Azevedo”* (BRASIL, 2ª Brigada do 10º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14). No documento, o comportamento desse oficial foi classificado como denodado e infeliz. Denodado devido à sua atuação corajosa, e infeliz por ter sido ferido mortalmente duas vezes enquanto emitia ordens para manter a ordem nas linhas brasileiras. O primeiro ferimento foi um golpe de lança do lado esquerdo de seu corpo, e o segundo, um golpe de espada em seu rosto, também do lado esquerdo, lesões que o levaram a óbito em Itororó. Junto a ele, o capitão João Barbosa Cordeiro Feitosa também encontrou a morte enquanto [combatia] os paraguaios. Entre os relatos de feridos por arma branca ou de fogo e os elogios aos atos de bravura atribuídos a alguns oficiais, esses são os dois únicos mortos nomeados e contabilizados no relatório do capitão Eridoro (BRASIL, 2ª Brigada do 10º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

Chama a atenção a ausência de maiores registros sobre os mortos nos relatórios dos oficiais, especialmente considerando que a mortandade em Itororó foi significativa. O 42º Corpo de Voluntários da Pátria, por exemplo, foi forçado a recuar não pela força das armas paraguaias, mas devido ao acúmulo de cadáveres na ponte, que impedia a passagem de seus homens. Nesse regimento, apenas dois alferes foram registrados como mortos, enquanto um major foi ferido (BRASIL, 42º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14). Dado o número elevado de corpos no local, é razoável supor que pertencessem tanto a paraguaios quanto a brasileiros. No entanto, os documentos analisados frequentemente priorizam exaltar os sobreviventes, relegando os mortos ao anonimato. É o caso do 51º Corpo de Voluntários da Pátria, cujo ofício, assinado pelo tenente-coronel Alexandre Augusto de Vilar, elogia os integrantes de sua unidade, mas menciona de forma genérica que noventa e oito soldados ficaram fora de combate, sem detalhar quantos deles de fato morreram (BRASIL, 51º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14).

Mesmo no Hospital Flutuante D. Francisca que deu apoio médico aos combatentes de Itororó podemos observar que os mortos eram relegados a um segundo plano e o elogio aos vivos era uma prioridade. O coronel Antônio Augusto de Barros, responsável pelo navio enviou ao Brigadeiro Maximiliano Gurjão o seguinte parecer:

O ardor e o entusiasmo com que os referidos corpos avançaram sobre o inimigo obrigaram este a recuar deixando em nosso poder duas bocas de fogo de pequeno calibre. Vossa Excelência que se achava já no lugar do combate foi testemunha da parte que nele tomou a 13ª Brigada; cumpre-me porém chamar atenção de Vossa Excelência para a maneira distinta porque nele se houveram os briosos tenentes coronéis Manuel Deodoro da Fonseca, Alexandre Augusto Villar e José Lopes de Oliveira que com a costumeira bravura e sangue frio belo exemplo davam a seus comandados (BRASIL, Hospital Flutuante D. Francisca, 11 dez. 1868, vol. 14).

O militar responsável por elaborar esse relatório não deu detalhes médicos sobre o trabalho dos doutores presentes nessa embarcação, tampouco sobre possíveis mortos em suas dependências. Pelo contrário, preferiu exaltar a notável coragem e o sangue-frio dos oficiais superiores. Mesmo ao se referir aos feridos que receberam atendimento, Antônio Augusto de Barros destaca as qualidades dos combatentes do 28º Corpo de Voluntários da Pátria, os quais, mesmo sob os efeitos dos ferimentos e assistidos pelos médicos do hospital flutuante, mantiveram a disciplina. Segundo este oficial, os soldados atingidos se portaram bem e conservaram a calma, apesar da situação em que se encontravam (BRASIL, Hospital Flutuante D. Francisca, 11 dez. 1868, vol. 14).

A partir dessas fontes, nota-se que os relatórios militares analisados tendem a descrever os soldados em guerra como possuidores de um autocontrole e de um sangue-frio diante das batalhas,

além de uma postura briosa e corajosa. Essas características, frequentemente exaltadas como virtudes, eram tratadas nos documentos como atitudes positivas que mereciam tanto os elogios registrados em ata quanto a atenção do alto comando. Um exemplo significativo dessa valorização está justamente no ofício desse mesmo 28º Corpo de Voluntários da Pátria, que destaca esses traços como fundamentais para o desempenho militar e para a construção da imagem heroica de seus homens. A análise desse documento permite observar como tais condutas eram não apenas idealizadas, mas também utilizadas como forma de reforçar o moral da tropa e a legitimidade das ações realizadas no campo de batalha.

O 28º Corpo chegou à ponte do arroio Itororó em um momento em que o combate se tornava mais crítico. O relatório que narra a participação desse regimento revela que esses Voluntários da Pátria teriam sido recebidos com vivíssimo fogo inimigo. Porém, o tiroteio paraguaio não teria resistido por muito tempo, sobretudo depois que a cavalaria brasileira reforçou as fileiras do 28º Corpo e um forte ataque ao flanco esquerdo paraguaio fez o jogo pender para as tropas brasileiras. Segundo o tenente José Lopes de Oliveira, *“o inimigo vendo malograda a sua resistência empreendeu vergonhosa retirada”* (BRASIL, 28º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14). O tom crítico do tenente em relação à fuga paraguaia revela uma visão negativa sobre os inimigos. Enquanto os brasileiros são bravos, calmos e possuem sangue-frio para manter a disciplina, mesmo com todo o risco de morrer inerente aos enfrentamentos militares, os paraguaios são descritos como covardes que fugiram frente ao risco de derrota.

É nesse momento do documento que Oliveira passa a destacar o comportamento dos soldados do seu pelotão. Nomes como Francisco Borges (major de comissão do 9º Batalhão de Infantaria) e Carlos Antônio Espindola (tenente do 18º de Infantaria) são elogiados *“pelo sangue-frio com que se houveram, animando os soldados”* (BRASIL, 28º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14). Outros também são lembrados nominalmente: o tenente e assistente de Brigada Theodomiro de Melo Barreto por ter se apresentado para o combate quando seu comandante caiu ferido, o tenente Joaquim José Leão Belfort Sabino, o alferes José Francisco Alves Duarte e o cadete José Joaquim Ayres do Nascimento por terem combatido mesmo tendo sido feridos. Mais um tenente, quatro alferes e um sargento são lembrados pela eficiência em manter a ordem das tropas. O relatório do tenente José Lopes de Oliveira ainda reserva espaço para narrar a ação de duas praças: Cesário Americano e José Gonçalves d’Aguiar. Em um determinado momento do combate, esses dois soldados de baixa patente não haviam se retirado a tempo e foram cercados por quatro cavaleiros inimigos. De acordo com Oliveira, esses dois militares teriam voltado calmamente e sem se perturbar para as fileiras brasileiras.

Mais do que isso, no caminho de volta ainda mataram dois de seus perseguidores, fato esse que pode ter contribuído para a fuga dos outros dois (BRASIL, 28º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14).

A diferença com que o tenente Oliveira descreve os paraguaios e os brasileiros é evidente. Diante da possibilidade de morrer em batalha, enquanto os inimigos são retratados como covardes que fogem diante da derrota iminente, os brasileiros são apresentados como soldados disciplinados, que mantêm a calma e triunfam mesmo em situações adversas. Essa narrativa reforça a construção de um ideal heroico para os combatentes brasileiros, contrastando com a desqualificação do inimigo.

Mais uma vez, aqueles que morreram receberam pouca atenção. Sobre as baixas do regimento, [foi registrada] a seguinte passagem: *“todo o corpo lamenta a sentida morte do capitão José Vieira de Souza do 11º de Infantaria, casado e com família na capital do Rio Grande do Sul, do alferes José Villa Nova Ribeiro e de cinquenta e cinco praças”* (BRASIL, 28º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868, vol. 14). A relação nominal de mortos, feridos e contusos, que é prometida no documento, não foi encontrada.

Os relatórios militares analisados apresentam uma narrativa que relega os mortos a uma categoria secundária, destacando o sangue-frio e a bravura dos soldados sobreviventes como virtudes de maior valor. Essa ênfase reflete não apenas a intenção de exaltar a eficiência e a coragem das tropas, mas também uma construção discursiva que prioriza os vivos como símbolos do sucesso militar. Essa escolha argumentativa merece uma análise mais profunda, pois revela os critérios utilizados pelos oficiais para definir o que deveria ser lembrado e exaltado em meio à brutalidade da guerra. Por que o sangue-frio dos vivos é exaltado enquanto os mortos são relegados a uma posição secundária ou, até mesmo, ao esquecimento?

### **A Cultura do Sangue Frio: Disciplina e Recalcamento Afetivo no Século XIX**

Para responder a essa pergunta, será necessário olhar, em primeiro lugar, para os valores que integravam a cultura militar dos soldados em guerra no século XIX. As instituições militares daquela época desenvolveram práticas rigorosas voltadas para a formação de soldados cuja obediência e o controle emocional eram elementos essenciais. Por meio de treinamentos intensivos, que incluíam marchas sincronizadas, apresentações de armas e desfiles regimentais, buscava-se disciplinar os corpos e moldar as psiques dos combatentes. Esses exercícios não eram meramente técnicos, mas faziam parte de um projeto mais amplo de repressão das emoções e das reações consideradas inadequadas para o

ambiente de guerra. Assim, manifestações de sensibilidade, especialmente aquelas associadas ao universo feminino, eram cuidadosamente reprimidas, criando soldados capazes de responder com precisão e sangue-frio às ordens recebidas, mesmo nas situações mais extremas. A disciplina militar, portanto, tornava-se uma ferramenta indispensável para a construção de um soldado alinhado aos ideais da época, que exigiam a supressão da individualidade em prol do coletivo e da hierarquia.

Nesse sentido, existia uma forte ligação entre os valores militares e o ideal masculino socialmente predominante. Isso contribuía para que os soldados passassem por um forte grau de controle afetivo, realizado por instituições capazes de promover um disciplinamento rigoroso das emoções e pulsões de seus membros. É nesse sentido que os militares eram estimulados a dar constantes provas de coragem e sangue-frio, mesmo que a guerra representasse um risco iminente de morte. Para Hervé Mazurel, esse recalcamento afetivo pode ser simbolizado a partir da imagem do “corpo aprumado” do soldado como prova de sua retidão moral (MAZUREL, 2020, p. 351-352). Diante disso, frente à possibilidade de encontrar a morte, os soldados não poderiam, por exemplo, demonstrar medo perante os perigos da guerra ou deixar de avançar sobre as linhas inimigas quando as ordens de seus superiores assim exigissem.

A título de exemplo, podemos citar como os jovens recrutas da cavalaria do Exército de Napoleão Bonaparte eram ensinados a não abaixar a cabeça diante de disparos inimigos, pois isso era considerado desonroso. Ou como os soldados da infantaria britânica eram treinados a permanecer de pé e a receber disparos por um longo período de tempo sem responder imediatamente. A própria ação militar somente poderia ocorrer quando os oficiais superiores dessem a ordem para que ela acontecesse nos momentos estrategicamente oportunos. Esse processo de recalcamento afetivo era realizado com o objetivo de criar uma segunda natureza, em que a doença do sentimento não mais existisse, ou, pelo menos, não fosse expressa publicamente. Entre os sentimentos mais combatidos pela cultura militar, o medo da morte era o que recebia maior grau de atenção. Somente se livrando, ou ao menos reprimindo, as emoções que buscassem algum grau de autopreservação da vida, seria possível preparar soldados com sangue-frio, um comportamento considerado grandioso na mentalidade militar e que permitia a criação de uma moral pautada na obediência passiva (Mazurel, 2020, p. 351-352).

O Exército brasileiro era menos experimentado do que as forças militares da França, da Inglaterra e de outros países europeus que vivenciaram as guerras do século XIX. Além disso, a constituição das tropas brasileiras que lutaram contra o Paraguai era muito menos profissional. A maioria dos soldados era de voluntários civis, comandados por militares de carreira, e seu treinamento

ocorreu ao longo do próprio conflito (Salles, 1990, p. 62). Apesar dessas limitações, a cultura militar desenvolvida durante a guerra conseguiu enquadrar esses soldados em um modelo baseado no sangue-frio. Esse comportamento era valorizado tanto porque o medo da morte poderia gerar críticas ou acusações de falta de patriotismo — criando uma barreira de vergonha que reprimia emoções —, quanto porque os oficiais relutavam em admitir, em seus relatórios, que seus comandados, ou eles mesmos, sentiam medo no campo de batalha.

As reminiscências escritas pelos combatentes anos após a Guerra do Paraguai seguiram esse padrão, evitando menções ao temor e buscando preservar a aura de heroísmo. Admitir o pavor diante da morte seria incompatível com a narrativa de bravura construída para cada batalha. Por isso, o sangue-frio, a obediência passiva e o controle emocional não eram apenas valores estimulados, mas também metas a serem perseguidas e exaltadas, mesmo que nunca completamente alcançadas.

Se o ideal de sangue-frio é uma constante tanto nas reminiscências dos combatentes quanto nos relatórios escritos pelos oficiais da Batalha de Itororó, a relação com os que morreram em combate possui uma significativa diferença. Quando analisamos os relatos de Dionísio Cerqueira (Cerqueira, [1910] 1980), os mortos são frequentemente citados, elogiados e lamentados, sobretudo aqueles que eram pessoalmente mais próximos ao autor. Já nos relatórios redigidos pelos oficiais de Itororó, os caídos são lembrados somente ocasionalmente ou quantificados em informes militares frios, ao passo que o comportamento dos vivos era enaltecido de forma recorrente. Essa escolha pode ser explicada, em parte, pela valorização do heroísmo e da moral da tropa, características fundamentais na narrativa militar do século XIX. Ao destacar a bravura, o sangue-frio e a disciplina dos sobreviventes, os oficiais buscavam não apenas inspirar suas tropas, mas também reforçar a imagem de um exército eficiente e digno de reconhecimento. A morte, por outro lado, era vista como algo inerente à guerra, sendo tratada de forma técnica e distante, para não fragilizar a percepção de resiliência militar.

Além disso, os relatórios eram documentos funcionais voltados para a logística e a gestão dos contingentes. As menções aos mortos, limitadas a números, cumpriam o objetivo prático de reorganizar unidades e planejar reforços, enquanto o comportamento dos vivos era enfatizado por estar diretamente relacionado ao sucesso das operações. Esse enfoque também atendia aos interesses individuais dos oficiais que os redigiam. Ao destacar as virtudes de seus comandados e minimizar as perdas humanas, as lideranças podiam reforçar suas próprias posições perante a chefia, garantindo reconhecimento ou favorecendo suas carreiras. As características da cultura militar presentes nesses documentos também aparecem no restante das batalhas que fizeram parte da Dezembrada. Após a

vitória brasileira em Itororó, as forças paraguaias lideradas pelo general Caballero se retiraram para Villeta. Em 7 de dezembro, Caxias ordenou que uma parte das forças aliadas marchasse rumo à posição inimiga. O sol forte matou dezenove soldados de insolação e a fome castigou as tropas, impedindo que Caxias chegasse até Villeta. Por ordem de Solano López, Caballero interceptou as forças brasileiras próximas a Ipané. O que se seguiu, no dia 11, foi um combate de aproximadamente cinco horas de duração. A Batalha do Avaí, como ficou conhecida, foi desastrosa para os paraguaios. Dos 5 mil homens de Caballero, somente 200 escaparam com vida. Os brasileiros fizeram 1.200 prisioneiros inimigos, junto a estes 300 mulheres também teriam sido aprisionadas e violentadas sexualmente pelos soldados do Império. Do lado brasileiro, foram postos fora de combate 2 mil soldados, entre mortos e feridos (Doratioto, 2002, p. 363-365).

Dionísio Cerqueira registrou suas impressões sobre a Batalha do Avaí. Nessa altura da guerra, ele já havia participado de dezoito combates, mas aquela era a primeira vez que experimentava uma batalha campal, ou seja, um confronto de grandes proporções entre o grosso de dois exércitos em campo aberto e, consequentemente, com um elevado número de baixas. Nas tintas de Dionísio, temos sua impressão sobre esse enfrentamento: *“Não há nada mais horivelmente trágico. O soldado sente emoções indescritíveis. Despertam-lhe os instintos beluínos e aplaude arrebatado de entusiasmo os golpes e os efeitos gloriosos, sem se lembrar das lágrimas e do luto. O brilho da glória esconde o crepe da desgraça”* (Cerqueira, [1910] 1980, p. 276).

Existe uma relação intrínseca entre a glória da batalha e a desgraça da mortandade em guerra. Ao interpretarmos a impressão de Dionísio Cerqueira sobre a Batalha do Avaí, podemos perceber que, em sua visão, o frenesi do momento poderia dominar os combatentes a tal ponto que eles não teriam espaço, durante o confronto, para refletir sobre a tragédia que os rodeava ou lamentar os mortos. Os instintos beluínos, ou seja, a brutalidade do combate, fariam com que a perda dos companheiros só fosse sentida após o término das ações. Contudo, ao descrever o Avaí, Dionísio estava do lado vitorioso, o que permitiu que ele destacasse a glória da vitória e exaltasse as lideranças. Ainda assim, o autor não deixou de registrar a realidade sombria do campo, lembrando-se de caminhar entre os cadáveres de brasileiros e paraguaios (Cerqueira, [1910] 1980, p. 277). Essa dualidade entre a celebração do triunfo e o horror da destruição é um aspecto marcante em sua narrativa, revelando tanto a exaltação da glória quanto a persistência da desgraça que acompanha a guerra.

Já nos relatórios dos oficiais comandantes, podemos verificar uma outra posição frente ao combate e aos mortos da guerra. Nesses documentos, além da exaltação da bravura e da calma diante do combate e do risco de morte, fica evidente a relação entre a glória e a morte dos inimigos. Por

exemplo, o Comando do 41º Corpo de Voluntários da Pátria relatou ao comandante-em-chefe do Exército que a participação de seus soldados se deu com toda a calma e bravura. Isso teria permitido que a cavalaria brasileira entrasse em ação e feito com que os inimigos se retirassem em debandada. Segundo o relatório, a glória das forças brasileiras teria destruído completamente os adversários e deixado “*o campo juncado de mortos*” (BRASIL, Comando interino do 3º Batalhão de Infantaria, 1868, vol. 14).

Na visão exposta por alguns oficiais brasileiros em guerra, o cenário dos mortos paraguaios espalhados no campo de batalha não atrapalharia a glória da cavalaria brasileira. Aqui os mortos são vistos como inimigos, e essas mortes não diminuiriam o triunfo das forças imperiais. Pelo contrário, na visão dos oficiais, a morte dos adversários poderia ser um fator para medir o triunfo de suas próprias forças. Esse é o caso do ofício do General Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria. Ao comemorar a participação de seu regimento na Batalha do Avaí, o oficial responsável fez questão de informar aos seus superiores que foram abandonados mais de 800 cadáveres onde o inimigo havia sido contornado. Uma quantidade de mortos considerável, que assustaria caso fossem cadáveres brasileiros, passava a ser algo positivo quando se tratava de mortos inimigos. Nesse ofício encontramos ainda que:

Não se entenda, porém, que todo esse fatal estrago foi feito pela minha divisão: chega-me a glória de ter ela sido quem embargou o passo do inimigo para ser destruído pela Cavalaria do 2º e 3º Exército, que galhardamente lutaram por mais de três horas. Esta brilhante vitória que talvez seja o golpe final ao inimigo, veio ainda uma vez provar o valor dos soldados brasileiros. (BRASIL, Ofício do Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, 1868, vol. 14).

A visão positiva em relação ao número de mortos observada por esse General-Comandante é tanto uma expressão do seu nacionalismo quanto do fato de que via as vidas paraguaias como menos importantes. Afinal de contas, nessa perspectiva, aqueles cadáveres indicariam que a guerra estava próxima ao seu fim. Outro ponto importante se refere ao número celebrado pelo ofício. Oitocentos cadáveres não é um número desprezível. Entretanto, devemos considerar que, na organização interna do Exército Imperial, não existia um departamento para cuidar dos mortos brasileiros; quanto menos um setor responsável por contar os mortos inimigos. Sendo assim, é possível que essa cifra tenha sido escolhida pelo oficial que escreveu o documento sem nenhum tipo de exatidão numérica. Possivelmente, quanto mais mortos fossem informados no documento, maior seria o autoelogio ao Corpo da 1ª Divisão de Cavalaria. Sobretudo se considerarmos que esse documento seguia o padrão e incluía o nome de oficiais e soldados que participaram da luta e haviam sobrevivido ao confronto.

Do outro lado do conflito, a visão paraguaia sobre a morte em meio aos campos de batalha se dava por parâmetros diferentes. O oficial Juan Crisóstomo Centurión destacou em suas memórias alguns acontecimentos ocorridos durante a Batalha do Avaí. Diferente de Dionísio Cerqueira e de alguns oficiais brasileiros, que exaltavam a participação imperial na guerra como algo heroico, a interpretação de Centurión é carregada de críticas em relação às mortes promovidas pelas tropas aliadas. Em primeiro lugar, a glória e o heroísmo estariam do lado dos paraguaios que haviam morrido em batalha. Essa postura crítica é reforçada pelas descrições do autor sobre o sacrifício paraguaio durante o Avaí. Ele relata que, diante da desigualdade numérica, eram quatro soldados brasileiros para cada paraguaio, e sob um temporal torrencial que favorecia o oponente armado com fuzis modernos, os paraguaios teriam resistido bravamente (Centurión, [1944] 2005, tomo III, p. 229). Em suas palavras:

*Os nossos, vendo-se cercados por todos os lados, formaram um grande quadrado, que ia diminuindo à medida que iam morrendo. Todos lutaram, como bem diz Thompson, "como leões!". Lutaram sofrendo repetidos ataques durante quatro horas! Aquele quadrado representava a ideia de um grande panteão de seres humanos, dentro do qual iam caindo até que quase não restasse ninguém!* (Centurión, [1944] 2005, tomo III, p. 230).

É importante destacar a escolha de palavras de Centurión ao descrever a cena. Ele compara os combatentes paraguaios a leões, ressaltando a bravura com que enfrentaram os repetidos ataques inimigos. Para Centurión, os mortos não eram apenas números, mas formavam um "panteão de seres humanos", uma expressão que transmite a ideia de sacrifício coletivo e de honra na morte. Nesse panteão simbólico, os soldados foram caindo um a um, até que quase ninguém restasse, simbolizando a resistência heroica e trágica dos paraguaios.

O mesmo acontece quando Centurión fala do 36º e 40º batalhões do Exército de Solano López e elogia alguns de seus oficiais, que haviam sido aprisionados pelos brasileiros. Nomes como os do tenente-coronel José Duarte, os coronéis Germán Serrano e Luíz Gonzáles, o major Zoilo González e o capitão Gorgoñio Rojas são evidenciados como oficiais que haviam realizado muitos prodígios em batalha e garantido o brilhantismo das tropas. Entretanto, ao exaltar esses militares, o autor destaca que todos haviam morrido (CENTURIÓN, [1944] 2005, tomo III, p. 233). Diferente dos elogios realizados nos ofícios brasileiros, que ressaltavam a disciplina e a coragem das tropas ao cumprir determinações e deixavam as baixas em uma posição secundária de seus relatos, a narrativa paraguaia atribui o heroísmo justamente àqueles que morreram. Nessa perspectiva, não são os sobreviventes os maiores dignos de elogios, mas sim aqueles que tombaram que deveriam ser exaltados como verdadeiros heróis da pátria.

### A Batalha do Avaí nas tintas de Pedro Américo

Se a perspectiva paraguaia privilegia o martírio, a memória oficial brasileira elegeu a vitória na Batalha do Avaí como tema de uma famosa obra do artista Pedro Américo reproduzida na Figura 1. A tela, de proporções agigantadas (500 x 1.000 cm), foi executada anos após o término do conflito, em um contexto no qual o Estado imperial passava a financiar as artes sob uma perspectiva oficial e palaciana. Um contrato estabelecido entre Pedro Américo e o Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, viabilizou a produção da pintura sobre o embate de 11 de dezembro. O trabalho ficou pronto em 1877 e, após uma primeira apresentação, realizada em Florença, cidade onde a obra foi gestada, perante o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina, a pintura chegou ao Rio de Janeiro a bordo do navio Ester, embarcação procedente de Gênova (Schwarcz; Stumpf; Lima Junior, 2013, p. 22).

Mesmo que a tela seja carregada do nacionalismo brasileiro do pós-guerra, a análise da obra de Pedro Américo nos auxilia a compreender a dimensão do matar e do morrer em guerra durante o conflito contra o Paraguai.

**Figura 1:** Batalha do Avaí, de Pedro Américo (1877)



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Para esmiuçar essa dinâmica sem fragmentar a integridade da obra em recortes visuais isolados, adota-se aqui a perspectiva metodológica de Michael Baxandall (2006, p. 30-34). Sob esse

prisma, compreende-se que a descrição textual de uma pintura opera como um direcionamento guiado da atenção do leitor, funcionando como um "ponteiro" que estimula o olhar analítico a decodificar as forças e relações internas da imagem.

Desse modo, a partir de uma leitura espacializada de suas coordenadas composicionais, nota-se que a cena representada potencializa o tom nacionalista ao dispor os militares brasileiros sempre em poses triunfantes, sobretudo o General Osório, que aparece de espada em punho comandando as tropas. Ao fundo, do lado esquerdo, Caxias e seu Estado-Maior analisam o campo, e o comandante-em-chefe parece distribuir ordens. Os soldados brasileiros ostentam uniformes azuis relativamente alinhados em meio ao caos do combate. O contraste com os combatentes paraguaios é evidente: estes surgem maltrapilhos, na maioria das vezes com o peito desnudo e representados com feições e musculatura que visam animalizá-los ou torná-los selvagens. Em alguns casos, são retratados com uniformes vermelhos, recurso que ajuda o espectador a distinguir as forças em confronto (Schwarcz; Stumpf; Lima Junior, 2013, p. 22)

Sabemos, portanto, que se trata de uma projeção idealizada do campo de batalha, de viés nacionalista ao converter a guerra em triunfo, e evitada de uma estigmatização do povo paraguaio. Pedro Américo estabelece uma narrativa visual, na qual sua imaginação se coloca no limite entre a verossimilhança e a lição de belo que sua pintura deveria expressar. Por outro lado, o pintor buscou, dentro de suas possibilidades, fundamentar sua produção em relatórios oficiais, mantendo interlocução com testemunhas oculares e com o próprio Caxias, que lhe enviou caixas com uniformes, armas e outros artefatos. O tempo chuvoso retratado, assim como a topografia, a elevação do terreno e a disposição do Estado-Maior, encontram eco em relatos e ofícios da época (Schwarcz; Stumpf; Lima Junior, 2013, p. 42).

Dessa forma, torna-se legítimo utilizar a *Batalha do Avaí* como fonte iconográfica para nos aproximarmos da violência do morrer na guerra, sobretudo se compreendermos que Américo justapõe múltiplos episódios em um único cenário. Com o objetivo de esmiuçar essa dinâmica de forma espacializada, elegemos focos narrativos específicos dentro do próprio tecido geral da tela.

Na **Cena A**, localizada no centro da imagem para a esquerda, observa-se a disputa por uma bandeira no epicentro do combate. Ao término de um confronto, era comum que os espólios conquistados fossem contabilizados. Se munições, armas e prisioneiros representavam vantagens técnicas, as bandeiras carregavam uma dimensão simbólica. Embora fossem utilizadas na engrenagem da batalha para identificar tropas e regimentos, sua importância residia na personificação da própria

pátria em armas. Por essa razão, deviam ser defendidas com o mesmo denodo reservado à proteção dos generais. Pela bandeira, matava-se e morria-se.

Na composição de Pedro Américo, o militar que se digladiava para capturar o pavilhão inimigo é o tenente Vasco Alves Pereira; caído a seu lado, mas combatendo para resguardá-lo, está o segundo-tenente da Marinha Cunha Teles. É interessante notar que o paraguaio à direita é representado com a espada erguida, em posição de desferir um golpe fatal. Sabendo-se que o tenente Alves Pereira não pereceu nesse combate (Schwarcz; Stumpf; Lima Junior, 2013, p. 22), a iminência do golpe sugere que o propósito do pintor era transmitir a sensação de perigo extremo a que os soldados brasileiros estavam expostos.

A violência da cena, contudo, não se restringe às armas que ameaçam o oficial. No canto inferior direito, uma cabeça decepada surge discretamente, próxima a um soldado paraguaio que aparenta empreender fuga portando algumas moedas. Nessa narrativa imagética, morrer no enfrentamento contra inimigos caracterizados como perversos e vis convertia o óbito em um ato de puro heroísmo.

Mesmo assim, o Exército brasileiro ainda foi representado como civilizado e até imbuído de compaixão. É o que se pode inferir da cena localizada no canto superior da imagem. Ali podemos ver paraguaios se rendendo a Caxias como se suplicassem por suas vidas, como se pedissem perdão. Enquanto isso um soldado com cabeça baixa, quase em estado de oração, observa a cena. Ainda que essas cenas não tenham acontecido tal como pintado por Pedro Américo, podemos inferir que na visão do Estado imperial, que aliás financiava e aprovava a tela, o morrer na guerra era um ato heroico e necessário. A narrativa imagética de Pedro Américo se aproxima em demasia dos relatórios dos oficiais e das memórias escritas dos combatentes.

Contudo, mesmo que a guerra tenha sido consagrada na época como um sacrifício patriótico, seria impossível retratá-la, em prosa ou tinta, silenciando por completo os seus horrores. É precisamente isso que testemunhamos na **Cena B**, localizada no quadrante inferior direito da tela. Nela podemos ver um soldado brasileiro descarregando sua arma de fogo contra um paraguaio que, aliás, está ao lado de um cadáver. Toda a cena é morte. A composição conta também com um soldado brasileiro caindo do cavalo após receber um ferimento fatal. Ao seu redor, para todos os lados no caos da batalha, uns matam outros morrem, e em todos os casos a morte se faz presente.

Por último, nesse mesmo ponto da tela, podemos ver uma família civil sendo tragada pela guerra. Quando as batalhas da conflagração se deslocaram para o Paraguai, os civis foram atingidos pelo seu horror e, eventualmente, eram surpreendidos pelos combates. Aqui, Pedro Américo buscou representar os dramas mais humanos da dor e da morte (Schwarcz; Stumpf; Lima Junior, 2013, p. 77). A cena flagra um homem adulto, uma mulher, um ancião e duas crianças tentando se proteger sob uma carroça, em meio a seus poucos pertences. Para além da apoteose militar do restante da tela, a representação dessa tragédia familiar funciona como um índice do custo humano do conflito, explicitando na própria imagem que o horror da morte não poupou os não combatentes.

Em suma, a organização espacial operada por Pedro Américo não é aleatória, mas responde ao que Baxandall (2006, p. 55-62) conceitua como um "padrão de intenção", condicionado pelas demandas e fricções de seu próprio tempo. Ao centralizar a apoteose militar e as poses triunfantes das lideranças imperiais, a tela performa a narrativa oficial do Estado que a financiou, convertendo o conflito em um triunfo civilizatório. Contudo, é nas margens e nos quadrantes inferiores da composição, onde o artista localizou a letalidade crua da Cena B, a degola silenciosa e o desamparo da família civil, que a visualidade da guerra racha sua própria moldura heroica. Longe de ser um mero inventário ilustrativo, a descrição topográfica dessas cenas revela como a pintura histórica do século XIX condensa as contradições da própria experiência bélica: para que o heroísmo nacional pudesse ocupar o centro do palco, o custo humano e o horror bruto do morrer precisaram ser pedagogicamente empurrados para as fronteiras da imagem.

### **A Campanha da Cordilheira**

Do ponto de vista militar, a Batalha do Avaí não encerrou os confrontos da Guerra do Paraguai. Poucos dias após a vitória aliada, Caxias avançou de Villeta para as fortificações paraguaias em Lomas Valentinas, onde ocorreriam os últimos embates da Dezembrada. Do lado imperial, a superioridade numérica era evidente: os brasileiros somavam 19.415 homens, enquanto as forças de Solano López contavam com apenas 9.300 a 9.800 soldados. Entre estes, idosos, inválidos e crianças eram alistados para engrossar as fileiras paraguaias. Nos primeiros dias de combate, os paraguaios sofreram a perda de cerca de 8 mil soldados. Entre 23 e 25 de dezembro, ambos os lados receberam reforços, o que prolongou a batalha por mais alguns dias. No entanto, a resistência paraguaia foi completamente aniquilada (Doratioto, 2002, p. 367-368). Em 30 de dezembro, 1.300 soldados paraguaios, liderados pelo engenheiro britânico George Thompson, renderam-se em Angostura,

marcando a queda do último reduto defensivo de Piquissiri. O exército paraguaio perdeu mais de 20 mil homens nas três grandes batalhas que compuseram a Dezenbrada, enquanto os brasileiros contabilizaram 10.079 combatentes fora de ação, sendo 2.099 mortos e 7.980 feridos. Em Lomas Valentinas, os mortos permaneceram insepultos em uma área de quatro quilômetros quadrados, onde parte dos cadáveres paraguaios era composta por velhos e crianças de barbas postiças. A derrota paraguaia foi devastadora, e restavam poucas chances de reorganizar uma resistência efetiva. Solano López havia fugido, e a guerra ainda se prolongou por mais de um ano (Doratioto, 2002, p. 373-374).

Ao longo de 1869, as operações militares foram transferidas para a Cordilheira do Alto. Solano López havia transferido a capital do Paraguai de Assunção para uma pequena cidade chamada Peribebuí. O que havia sobrado das tropas paraguaias passou a se dedicar a conseguir recursos, entre os quais o gado, que permitissem a continuidade da guerra e a sobrevivência dos soldados e civis em torno de López (Doratioto, 2002, p. 402). Do lado imperial, Caxias deixou a chefia das forças brasileiras em março de 1869. Ele havia conduzido a campanha até a conquista de Assunção, a capital paraguaia, em janeiro daquele ano. Após a queda da cidade, Caxias pediu dispensa do cargo por motivos de saúde e desgaste, além de desentendimentos políticos com o governo brasileiro. Em seu lugar, a liderança das tropas aliadas foi assumida pelo Conde d'Eu, Gastão de Orléans, genro de Dom Pedro II, em abril de 1869. Ele liderou o exército durante a fase final da guerra, conhecida como Campanha da Cordilheira, o que incluiu as batalhas de Peribebuí, Campo Grande e a perseguição final a López.

Em maio, as tropas brasileiras avançaram em direção às cordilheiras e passaram a realizar uma série de operações. Cerro Leon e Paraguarí foram ocupadas com o objetivo de privar o inimigo de itens necessários para a continuidade da guerra, como o gado, utilizado tanto para a alimentação das tropas quanto para a tração de equipamentos militares. Os aliados também ocuparam a fundição paraguaia de Ibicuí e se apossaram da ferrovia que ligava Assunção a Paraguarí. O general José Antônio Correia da Câmara foi enviado para o interior e atacou San Pedro e Tupi-hú. Nesta última região, os brasileiros aprisionaram oitocentos paraguaios, dezoito canhões, ouro, prata e milhares de cabeças de gado. O general Câmara mandou executar os prisioneiros e o gado antes de retornar com poucas baixas para Assunção. Os brasileiros foram acusados de cometer violência sexual contra as mulheres e saquear a região de San Pedro (Doratioto, 2002, p. 402-403).

Na região da Cordilheira, os aliados se prepararam ao longo de algumas semanas para dar combate a Solano López. Em agosto, as tropas saíram de Valenzuela rumo a Peribebuí com 21 mil soldados, quase todos brasileiros do 1º e 2º Corpos do Exército, onde encontraram cerca de 1.800

homens da infantaria e artilharia paraguaias, posicionados em mais de 2 mil metros de trincheiras. Na véspera do combate, o Conde d'Eu intimou o coronel Pablo Caballero a render-se. O militar paraguaio respondeu de forma enérgica: *"Estou aqui para lutar e, se necessário, morrer, mas não para me render."* Uma segunda intimação foi enviada para Caballero, solicitando que, já que não iria se render, pelo menos evacuasse as mulheres e crianças que se encontravam em Peribebuí. Novamente, a resposta foi negativa (Doratioto, 2002, p. 407). Efetivamente, a batalha começou por volta das 6 horas da manhã do dia 12 de agosto. O bombardeio realizado pela artilharia brasileira durou cerca de duas horas até que as colunas atacantes avançassem contra Peribebuí. A superioridade numérica garantia ampla vantagem aos brasileiros, que lutaram em uma proporção de dezoito soldados para cada defensor paraguaio. Entretanto, os soldados de Solano López resistiram bravamente, defendendo-se com a coragem habitual e utilizando até mesmo tijolos, pedras e pedaços de vidro como armas improvisadas. O confronto resultou em uma vitória aliada, mas com um considerável custo humano: os defensores paraguaios sofreram 700 mortos e 1.100 prisioneiros, enquanto as forças brasileiras e argentinas também contabilizaram perdas significativas, com 21 mortos e 97 feridos entre os argentinos e 321 mortos do 2º Corpo do Exército brasileiro, entre eles o general Menna Barreto, que foi ferido mortalmente durante um ataque às trincheiras inimigas (Doratioto, 2002, p. 408).

A tabela a seguir foi elaborada a partir de 29 relatórios de oficiais brasileiros que participaram da Batalha de Peribebuí, detalhando nominalmente os mortos em combate. Esses registros não abrangem a totalidade dos soldados imperiais que pereceram na ocasião, mas fornecem informações relevantes para a análise do perfil das baixas. A categorização por patentes permite identificar padrões entre as vítimas e compreender a distribuição das perdas entre as diferentes hierarquias militares. Esses dados, embora parciais, são fundamentais para refletir sobre a composição e o impacto do enfrentamento nas tropas brasileiras.

**Tabela 1:** Mortes por patente na Batalha de Peribebuí (junho de 1869)

| Patentes | Mortos | %    |
|----------|--------|------|
| Major    | 1      | 1,5  |
| Capitão  | 8      | 11,8 |
| Tenente  | 1      | 1,5  |
| Alferes  | 1      | 1,5  |
| Sargento | 2      | 2,9  |
| Furriel  | 1      | 1,5  |

|           |    |       |
|-----------|----|-------|
| Cabo      | 5  | 7,4   |
| Anspeçada | 5  | 7,4   |
| Soldado   | 44 | 64,7  |
| Total     | 68 | 100,0 |

Elaboração do autor a partir de relatórios militares do Exército Imperial (Códice 547, vol. 18 – Fundo Ministério da Guerra, Arquivo Nacional).

A análise dos dados revela que a maioria esmagadora dos mortos, 64,7%, era composta por soldados, a graduação mais baixa da tropa, refletindo sua presença predominante nas linhas de frente. Curiosamente, os capitães, um posto de hierarquia mediana, aparecem como o segundo grupo com maior número de baixas (11,8%), superando categorias inferiores, como cabos (7,4%) e anspeçadas (7,4%). Alferes, anspeçadas e furriéis, assim como os cabos e sargentos, compunham os postos subalternos e de praças no Exército Brasileiro do século XIX, situados entre os soldados rasos e os oficiais de maior patente. O alferes era equivalente a um segundo-tenente, geralmente responsável por liderar pequenos destacamentos e apoiar os tenentes. O anspeçada era um posto intermediário anterior ao de cabo, desempenhando funções de liderança limitada na ausência deste em operações de campo. Já o furriel tinha responsabilidades administrativas e logísticas, sendo encarregado de suprimentos, fardamento e organização interna da unidade (Barroso, 1958). Se somarmos os soldados, anspeçadas, alferes, furriéis, cabos e sargentos, veremos que 85,4% dos mortos pertenciam aos degraus mais baixos da instituição.

Comparando esses dados com o total de 321 mortos no 2º Corpo do Exército Brasileiro, observa-se que apenas os soldados tombados nesse grupo já excedem o total de baixas do exército argentino, que sofreu 21 mortes em Peribebuí. Essa disparidade é ainda mais significativa ao considerar que o contingente aliado vizinho era muito menor, indicando uma maior proporção de mortos em relação ao tamanho de sua força. Os números ressaltam a vulnerabilidade da base militar e a complexa dinâmica de sacrifício entre diferentes estratos da corporação na batalha.

Se a morte em batalha atingia com menor frequência os oficiais de alta patente, a eles era atribuída maior importância quando morriam ou quando passavam por algum risco de vida durante os combates. Em Peribebuí, onde os soldados de baixa extração haviam lutado e morrido, os comandantes Manuel Luís de Osório, também conhecido como Marquês de Herval, e João Manuel Menna Barreto estiveram à frente dos ataques às trincheiras paraguaias. A participação desses dois

oficiais chamou a atenção do Conde d'Eu, que fez questão de registrar em seus relatórios os acontecimentos envolvendo esses chefes militares.

Ao Marquês de Herval foram feitos elogios à sua liderança e por ter participado na linha de frente da batalha. Este oficial foi descrito como capaz de dar provas de um *“invencível e já histórico heroísmo”* e como um militar bravo que de peito aberto teria liderado seus soldados contra o exército inimigo. Por ter sobrevivido, o Conde d'Eu expressou sua satisfação da seguinte forma: *“Sou informado que só pela rara felicidade de falhar duas vezes a espoleta de um canhão escapou tão importante vida de ser vítima do tiro de metralha que contra ele fora dirigido a queima roupa”* (BRASIL, Comando em Chefe em Caraguatahy, 1869, vol. 18). Já o segundo oficial não teve a mesma sorte e veio a morrer no meio do combate. Sobre isso, o Conde d'Eu registrou que: *“Menos feliz foi a coluna da esquerda pois viu perecer gloriosamente em circunstâncias análogas o chefe que marchava a sua frente, o heroico e malgrado João Manuel Menna Barreto, perda por demais sensível para o exército e a nação que tantas glórias conquistaram com o auxílio de seu sempre esforçado braço e distintos talentos”* (BRASIL, Comando em Chefe em Caraguatahy, 1869, vol. 18).

Entre a sorte da sobrevivência e o malogro de morrer em combate, podemos ressaltar a postura do Conde d'Eu. Para ambos os casos, mais uma vez, observa-se o tom nacionalista que associa a coragem diante do confronto e a morte ao heroísmo que os oficiais brasileiros acreditavam possuir. Entretanto, a morte do “herói”, ou pelo menos daqueles que assim eram considerados, também revela uma preferência pelos oficiais brasileiros de alta patente. Osório possuía um importante título de nobreza e Menna Barreto pertencia a uma importante família dona de estâncias no Rio Grande do Sul. Depois de sua morte, o governo imperial concedeu pensão de 600 mil-réis para cada uma das suas filhas (MAESTRI, 2013, p. 32), um privilégio que não foi estendido aos familiares dos soldados que formavam o grosso das tropas.

É verdade que não era possível que o comandante-em-chefe registrasse em um único relatório todos os soldados mortos em combate, mesmo que em Peribebuí tenham morrido menos combatentes que em outras batalhas da guerra. Mas não se trata de ressaltar uma incapacidade técnica de transmitir informações no interior das forças e do teatro de operações para o Rio de Janeiro. Possivelmente, pesasse o fato de a origem nobre do Conde d'Eu, este um príncipe francês e marido da filha mais velha do imperador D. Pedro II, estar inserida em uma corte que, embora nos trópicos, emulava algumas tradições do Antigo Regime europeu. Sendo assim, ao elogiar a conduta corajosa de seus oficiais e gastar suas linhas lamentando a perda de um proprietário de terras de família rica, o Conde revela certo desprezo pelos segmentos subalternos da sociedade. Em seu diário, escrito ao longo do tempo em que

comandou as tropas no Paraguai, Gastão de Orléans criticava o Exército brasileiro como sendo inferior aos exércitos europeus. Para ele, um dos motivos que atestavam a inferioridade das forças brasileiras era a *“imensa preponderância numérica (na infantaria) de mulatos, que de forma geral não ofereceriam bons espécimes para a humanidade”* (Conde D’eu, 2017, p. 82).

Essa visão negativa dos soldados negros e pardos e a valorização dos títulos de nobreza e das famílias proprietárias de terras podem ter contribuído para que a morte de oficiais da elite demandasse elogios e associações com a morte heroica. Essa distinção sugere que a atribuição de sentido heroico à morte não era distribuída de maneira homogênea. Enquanto oficiais pertencentes à elite militar e social recebiam homenagens individualizadas e elogios póstumos, os soldados de baixa patente tendiam a aparecer de forma mais impessoal nos relatórios, frequentemente mencionados por meio de estatísticas, balanços de baixas ou referências coletivas aos mortos da campanha. No ofício escrito pelo Conde d’Eu, por exemplo, os mortos comuns da Tríplice Aliança aparecem apenas em uma contabilidade parcial que sequer expressava a totalidade das perdas. Os números apresentados no documento foram: *“52 bravos, nos quais se contam 15 argentinos”* (BRASIL, Comando em Chefe em Caraguatahy, 1869, vol. 18).

Por outro lado, a quantidade de baixas paraguaias na Batalha de Peribebuí também aparece no relatório de Gastão de Orléans. Esses mortos foram contabilizados de forma aproximada tão somente como 700 cadáveres. Já os espólios adquiridos nessa ocasião foram criteriosamente informados: 18 canhões e um morteiro, munição para mais de cem tiros por boca de fogo, todo o Arquivo Público do Paraguai até 1868, depósitos de farinha, erva-mate, vinhos da Europa, caixões de roupa, objetos de prata, material de uma tipografia e um telégrafo. Além disso, foram registrados mais de mil e cem prisioneiros (BRASIL, Comando em Chefe em Caraguatahy, 1869, vol. 18). Diante do expressivo número de vidas perdidas pelos paraguaios, na visão do Conde, os despojos recolhidos atestavam o sucesso de sua campanha.

### **Considerações finais**

A análise das fontes oficiais e dos relatos de combatentes sobre os confrontos da Dezenbrada e da Campanha da Cordilheira revela um padrão narrativo marcado pela celebração dos vivos e pela marginalização dos mortos. Os relatórios militares exaltam, de forma recorrente, o comportamento dos soldados sobreviventes (sua bravura, disciplina e sangue-frio), ao passo que tratam as mortes de

maneira superficial, quantitativa ou seletiva. Em muitos casos, apenas os oficiais de alta patente têm seus nomes e feitos destacados quando tombam no campo; já as praças e os soldados de baixa patente aparecem como meros números ou são completamente omitidos. Essa assimetria evidencia que o discurso oficial construído em torno do conflito estava profundamente vinculado a uma hierarquia de valores sociais e simbólicos, na qual o reconhecimento público dependia diretamente da posição ocupada na estrutura militar e na sociedade.

A cultura militar do século XIX, baseada no controle emocional, na idealização do heroísmo e na obediência sem hesitação, ofereceu os moldes para essa narrativa. Expressões como “sangue-frio” e “abnegação” tornaram-se atributos desejáveis, enquanto o medo da morte e o sofrimento dos corpos eram reprimidos ou silenciados. O heroísmo, portanto, configurava-se como um privilégio dos vivos disciplinados, não dos mortos comuns, cujos nomes muitas vezes desapareceram na poeira das listas extraviadas. A guerra, assim, produziu não apenas destruição material, mas também memórias seletivas. Ao negar lugar aos caídos no discurso oficial, os documentos investigados reiteram que lembrar é também escolher e, nesse caso, escolher esquecer.

Essa mesma lógica de ordenação e hierarquização da memória encontra perfeita consonância na cultura visual do período, de forma muito evidente na monumental tela “Batalha do Avaí”, de Pedro Américo. Financiada pelo Estado imperial para consagrar a glória e o triunfo civilizatório da nação, a pintura opera em estreita simetria com a estrutura dos relatórios textuais. Ao centralizar as poses triunfantes de lideranças como Caxias e Osório em uma projeção idealizada do campo, Américo converte a engrenagem da guerra em apoteose patriótica oficial. O custo humano e a letalidade crua do conflito não deixam de existir na representação, mas recebem do artista o mesmo tratamento periférico dado pela burocracia militar: para que o heroísmo nacional ocupe o centro do palco visual, o horror bruto do morrer e o desamparo dos anônimos são pedagogicamente empurrados para as margens e para os quadrantes inferiores da composição.

### Referências bibliográficas

- BAHIENSE, Leo. **Doutores, enfermos e canhões: uma história médica da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Belo Horizonte. Fino Traço, 2022,
- BARBOSA, Janyne. **Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Dissertação de Mestrado, UFPB. 2018.

BARROSO, Gustavo. **Uniformes do Exército Brasileiro: 1648-1908**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório da 2ª Brigada do 10º Batalhão de Infantaria na Batalha de Itororó, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 181. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório da participação do 10º Batalhão de Infantaria na Batalha de Itororó, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 162. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do 28º Corpo de Voluntários da Pátria, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 192–194. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do 42º Corpo de Voluntários da Pátria na Batalha de Itororó, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 208. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do 51º Corpo de Voluntários da Pátria na Batalha de Itororó, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 231. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do acampamento do 8º Batalhão de Infantaria na Batalha de Itororó, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 172. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do comando interino do 3º Batalhão de Infantaria, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 37. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório do Comando em Chefe de todas as forças brasileiras em operação na República do Paraguai, Quartel-General em Caraguatahy, 3 set. 1869**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 18, p. 24. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório de bordo do Hospital Flutuante D. Francisca, 11 dez. 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 214. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Ofício do General Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, 1868**. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Fundo Ministério da Guerra, código 547, vol. 14, p. 5. Rio de Janeiro.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Reminiscências Históricas de la Guerra del Paraguay**. Assunção: Editorial Guaranía, 2005 [1944].

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Guerra do Paraguai, 1865-70**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 [1910].

CONDE D'EU. **Diário do Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai**. Org., trad. e notas de Rodrigo Goyena Soares. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAESTRI, Mário. **Piribebuy, a capital mártir: história, historiografia e ideologia na Guerra do Paraguai**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, v. 39, n. 1, p. 32–53, jan./jun. 2013.

MATTOSO, K. M. de Q. (Org.). (1997). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional** (Vol. 2). Companhia das Letras.

MAZUREL, Hervé. **Entusiasmos militares e paroxismos guerreiros**. In: HISTÓRIA DAS EMOÇÕES. v. 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STUMPF, Lúcia Klück; LIMA, Carlos Lima Junior. **A batalha do Avaí: a beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, Visconde de. **Recordações de guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008 [1919].

THOMPSON, George. **La guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1869.